

**A REPRODUÇÃO DA VIDA COTIDIANA EM FACE AOS  
ESPAÇOS DE LAZER EM HABITAÇÕES DE INTERESSE  
SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE OS CONJUNTOS  
HABITACIONAIS EM AQUIDAUANA-MS**

**REPRODUCTION OF DAILY LIFE IN RELATION TO LEISURE  
SPACES IN SOCIALLY-ORIENTED HOUSING: A STUDY ON  
HOUSING COMPLEXES IN AQUIDAUANA-MS**

**LA REPRODUCCIÓN DE LA VIDA COTIDIANA DE CARA A  
LOS ESPACIOS DE RECREACIÓN EN VIVIENDAS DE INTERÉS  
SOCIAL: UN ESTUDIO SOBRE LOS CONJUNTOS  
HABITACIONALES EN AQUIDAUANA-MS**

**Minéia Martins Cristaldo**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)  
[mineiamartinss05@gmail.com](mailto:mineiamartinss05@gmail.com)

**Ricardo Lopes Batista**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)  
[ricardo.batista@ufms.br](mailto:ricardo.batista@ufms.br)

## Destaques

- Pensar a produção dos espaços residenciais de interesse social envolve diversos elementos que culminam na qualidade de vida da população contemplada, como adequação residencial, localização e espaços de lazer.
- A produção de habitações de interesse social em Aquidauana-MS tem seguido a lógica locacional, com a implementação de moradias nos limites das áreas urbanas, com residências cuja metragem não comportam as famílias e com poucos espaços de lazer nas proximidades.
- A instalação de equipamentos de lazer, quando ocorrem, não contemplam todos os moradores, uma vez que as mulheres são raramente incluídas nos planejamentos, restando a elas olhar os filhos brincar nos campos de futebol improvisados ou sentarem debaixo de árvores em seu momento de lazer.

## RESUMO

A moradia é um dos direitos garantidos em lei sendo as políticas públicas habitacionais uma das vias de acesso para a aquisição desse bem. Partindo do pressuposto de que a implementação de habitações de interesse social tem se colocado como uma política de contenção, onde o modelo de planejamento urbano não leva em consideração as necessidades das famílias contempladas, dificultando o acesso a vários serviços e infraestruturas. Objetivamos neste artigo identificar as práticas cotidianas de lazer nessas áreas planejadas pelo poder público. Para tanto, como procedimento metodológico, partiu-se da pesquisa qualitativa para extrair informações detalhadas pelas perspectivas dos moradores, além da observação em campo e registros fotográficos. Foi possível apurar um forte apelo quanto a importância das áreas de lazer promovendo transformações nesse espaço de moradia, refletindo a insuficiente atuação do poder público e as estratégias dos moradores locais, resultando na criação improvisada de precárias áreas de lazer e socialização que revelam quais são as atividades possíveis e para quem, sendo por vezes descartado quando oferecidos em outros espaços, diminuindo assim sua qualidade enquanto cidadão pelo alijamento das interações que as cidades podem oferecer.

**Palavras-chave:** Habitação de interesse social. Poder público. Lazer. Cotidiano. Aquidauana-MS.

## ABSTRACT

Housing is one of the legally guaranteed rights, and housing policies constitute one of the pathways for accessing this asset. Based on the premise that the implementation of socially-oriented housing has positioned itself as a containment policy, wherein the urban planning model often disregards the needs of the benefiting families, hindering access to various services and infrastructures. The objective of this article is to identify the everyday leisure practices within these areas planned by The State. For this purpose, a qualitative research approach was adopted to extract detailed information from the residents' perspectives, in addition to field observation and photographic documentation. It was possible to discern a strong emphasis on the importance of leisure areas, driving transformations within the living space, reflecting the insufficient involvement of The State and the strategies of local residents. This resulted in the improvised creation of rudimentary leisure and socialization areas, indicating what activities are possible and for whom. These areas are sometimes overlooked when offered in alternative spaces, thus diminishing their quality as citizens due to the exclusion from the interactions that cities can provide.

**Keywords:** Socially-Oriented Housing. The State. Leisure. Daily Life. Aquidauana-MS.

## RESUMEN

La vivienda es uno de los derechos garantizados en la ley, siendo las políticas públicas de vivienda una de las vías de acceso para la adquisición de este bien. Partiendo del presupuesto de que la implementación de viviendas de interés social se ha establecido como una política de contención, donde el modelo de planeación urbana no lleva en



consideración las necesidades de las familias contempladas, dificultando el acceso a varios servicios e infraestructuras. Objetivamos, em este artículo, identificar las prácticas cotidianas de recreación en estas áreas planeadas por el poder público. Para esto, como procedimiento metodológico, se partió de la investigación cualitativa para extraer informaciones detalladas por las perspectivas de los habitantes, además de realizar observación en campo y registros fotográficos. Fue posible identificar un fuerte llamado quanto a la importancia de las áreas de recreación, promoviendo transformaciones en estos espacios de vivienda, reflejando la insuficiente actuación del poder público y las estrategias de los habitantes locales, resultando en la creación improvisada de precarias areas de recreación y socialización que revelan cuales son las actividades posibles y para quién, siendo a veces descartadas cuando son ofrecidos en otros espacios, disminuyendo, así, su calidad como ciudadanos por el deterioro de las interacciones que las ciudades pueden ofrecer.

**Palabras clave:** Vivienda de interés social. Poder Público. Recreación. Cotidiano. Aquidauana-MS.

## INTRODUÇÃO

Os programas de habitação de interesse social financiam casas populares com preços acessíveis (muitas vezes mais baixo que o aluguel) e, para terem acesso à casa própria, esse segmento populacional se sujeita as mais longínquas áreas onde são edificadas as residências, geralmente com infraestrutura precária, sobretudo em relação à malha asfáltica e esgotamento, incorrendo em dificuldades quanto aos vários serviços públicos (saúde, educação, segurança, lazer, entre outros), contribuindo, por sua vez, para o processo de periferização, retratando a precariedade da inserção desses conjuntos.

Segundo Freitas (2002) desde o Banco Nacional da Habitação (BNH) se procurava enquadrar empreendimentos voltados à parcela da população que se encontra excluída do mercado imobiliário, visto que a iniciativa privada, ao privilegiar o que Corrêa (2004) denomina demanda solvável da população, busca sempre a ampliação dos lucros por meio de empreendimentos voltados aos segmentos sociais que possuam capacidade de pagamento deixou a população de baixa renda à mercê de políticas públicas habitacionais.

A existência de uma demanda solvável saturada e de uma não solvável insatisfeita explica o interesse do capital imobiliário em obter ajuda do Estado, de modo a permitir tornar viável a construção de residências para as camadas populares: crédito para os promotores imobiliários, facilidade para a desapropriação de terras, e crédito para os futuros moradores (CORRÊA, 2004, p. 22).

Questiona-se o atual modelo de planejamento urbano que não incorpora as camadas populares quanto ao uso de infraestruturas básicas associadas à qualidade de vida, onde, aparentemente assistem as necessidades da população (moradia, por exemplo), acalmando seus anseios, porém, sem se preocupar com as estruturas necessárias para a reprodução da vida cotidiana de seus moradores, tornando tais espaços de moradia em depósito de pessoas, segundo uma lógica de mercado.

Este artigo adotou como pano de fundo o pressuposto de que a implementação de habitações de interesse social no Brasil tem, ao longo dos últimos 60 anos, se colocado como uma política de contenção social disfarçada de política habitacional. Por um lado, a oferta de moradia aos mais pobres não leva em conta a necessidade das famílias que serão contempladas, como o tamanho das residências, a infraestrutura urbana, a localização do empreendimento e a tipologia das casas, por outro lado, empoderada pelo trunfo da oferta da casa própria, condiciona a localização dos conjuntos habitacionais a interesses políticos, econômicos e classistas.

De modo mais específico, assume-se o objetivo de analisar as estratégias de lazer realizada pelos moradores de dois conjuntos habitacionais em Aquidauana-MS. Para tanto, investigou-se os moradores dos conjuntos habitacionais Arara Azul e Jardim Aeroporto, ambos localizados no bairro Exposição, em Aquidauana-MS, com o objetivo de identificar as práticas cotidianas de lazer em conjuntos habitacionais de interesse social, ou seja, em áreas planejadas pelo poder público. De modo específico buscou-se caracterizar as áreas de lazer implementadas, descrever as atividades disponibilizadas e qual o público assistido e, também, identificar possíveis estratégias adotadas pelos moradores na busca por esse direito constitucionalmente garantido.

Ao abordar a relação dos moradores com os espaços de moradia caracterizados como de interesse social, colocamos no centro das análises os sujeitos que protagonizam o processo, que vivem o lugar e convivem com suas limitações e precariedades por um lado e, por outro, resistem e reproduzem seu cotidiano. É neste contexto que a pesquisa se volta à compreensão da ressignificação dos espaços de lazer por parte dos moradores a partir da vivência, da experiência diária, dos desafios impostos por um planejamento frágil e deficitário e, por meio das atuações/idealizações, a



revelação das necessidades individuais e coletivas que resultam na reprodução do seu lugar no espaço.

Para o alcance do objetivo o trabalho foi sistematizado em partes, iniciando-se com a apresentação do plano metodológico dando centralidade ao método fenomenológico, seguido pela apresentação sucinta do recorte espacial da pesquisa. Em continuidade expôs-se os resultados e discussões com a sistematização das análises das informações obtidas nos trabalhos de campo, finalizando com as considerações finais.

## METODOLOGIA

Qualquer pesquisa nasce da dúvida e deve ser profundamente analisada, para isso, alguns procedimentos são necessários para sustentação e credibilidade dos resultados obtidos. Buscando uma visão abrangente e superação da superficialidade da aparência, com a intenção de explanar sobre o lazer cotidiano daqueles que se veem residindo em locais determinados e geralmente carentes.

Se procurar o significado de cotidiano, encontrar-se-á uma simplória explanação que está ligada a rotina, algo banal, “um significado bastante cristalizado em dicionários e teorizações: é aquilo que acontece diariamente; que é comum a todos os dias; é o dia-a-dia que passa desapercebido em sua mesmice” (Spink, 2007, p. 7). Levando-se ao pé da letra parece quase robótico, superficial e até desinteressante, mas comprehende-se a importância do aprofundamento para além da primeira impressão/visão. Pautamo-nos, para isso, no método fenomenológico que “tem a ver com os princípios, com as origens do significado e a experiência” (Relph, 1979, p. 1).

Em resumo, os significados originais do mundo-vivido estão constantemente sendo obscurecidos por conceitos científicos e pela adoção de convenções sociais; e apesar de vivermos nele, o mundo-vivido não é absolutamente óbvio, e os seus significados não se apresentam por si mesmos, mas têm de ser descobertos. A dificuldade é como fazer isso sem destruir a riqueza e a complexidade dos significados. A descrição e a interpretação fenomenológicas oferecem métodos bem desenvolvidos para se realizar essa tarefa (Relph, 1979, p. 4)

Trazido por Struchiner (2007, p. 249), como uma proposta de reaprender a ver o mundo, sendo o primeiro mandamento o desenvolvimento de atitude atenta e observadora. “Fenomenologia é, então, o estudo das coisas conforme elas se manifestam.

Portanto, ver e observar atentamente o aspecto manifesto das coisas é o melhor modo de acessar a realidade das coisas mesmas”.

De acordo com Silva, Lopes e Diniz (2008, p. 255) “Esse método filosófico desvela a cotidianidade do mundo do ser onde a experiência se passa, transparece na descrição de suas vivências. [...] O termo fenomenologia significa estudo dos fenômenos, daquilo que aparece à consciência, buscando explorá-lo”.

Partindo a campo realizou-se algumas etapas exploratórias que combina “entrevistas, observações, levantamento de material documental bibliográfico, instrucional etc. Ela realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação e refutação de hipóteses e de construção de teorias” (Minayo, 2002, p. 26).

Como a intenção foi de extrair informações detalhadas sobre o lazer experenciado pelos moradores, ou seja, com foco no sujeito, buscou-se sustentação na metodologia qualitativa, que de acordo com Milani (2016, p. 47) “nos possibilita apreender os significados do espaço, que não se apresentam por si mesmos, já que eles são produzidos a partir das práticas espaciais dos sujeitos, ao mesmo tempo em que as práticas são por eles influenciadas”.

A entrevista qualitativa fornece dados básicos para a compreensão das relações entre os atores sociais e o fenômeno, tendo como objetivo a compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação ao comportamento das pessoas em contextos específicos (Silva et. al., 2006, p. 247).

Utilizou-se ainda a técnica de entrevistas semidiretiva ou semiestruturada “nela a formulação da maioria das perguntas previstas com antecedência e sua localização é provisoriamente determinada” (Cognese; Mélo, 1998, p. 144) e mesmo que haja um roteiro previamente estabelecido, perguntas adicionais podem ser feitas para elucidar questões, ou para recompor a entrevista.

Ao tratarem da importância do levantamento de informações para a realização de uma pesquisa, Pessoa e Ramires (2013, p. 121) apresentam questões norteadoras muito relevantes ao indagarem: “a) quantos indivíduos deve ter a amostra para que represente de fato a totalidade de elementos da população; e b) como selecionar os indivíduos de maneira que todos os casos da população tenham possibilidades iguais de ser representados na amostra”.



Considerando a preocupação com a amostragem, optou-se neste artigo pela amostragem não probabilística, uma vez que “não apresenta fundamentação matemática ou estatística e depende, unicamente, de critérios do pesquisador” (Pessoa; Ramires, 2013, p. 122). Considerando que a pesquisa realizada buscou analisar o uso dos espaços de lazer em dois conjuntos habitacionais de interesse social em Aquidauana-MS, a escolha dos sujeitos pesquisados centrou-se naqueles que o vivenciam cotidianamente, ou seja, seus moradores.

No que diz respeito ao número da amostragem em pesquisas qualitativas, alinhamos ao modo de amostragem por saturação, cujos “sujeitos incluídos e reunidos pelo critério da homogeneidade ampla; amostra fechada quando as respostas de novos informantes tornam-se expressamente repetitivas, na avaliação do pesquisador, de seus supervisores e dos pares acadêmicos” (Ibid., 2013, p. 126).

A respeito do questionário, inicialmente foi aplicado um pré-teste no dia 01 de maio de 2022, para verificar a eficácia dos questionamentos e possíveis mudanças no roteiro para o alcance dos objetivos. Retomamos as entrevistas nos dias 14, 15 e 19 de junho e 01, 02, 05 de julho 2022, com a realização de um total de 16 entrevistas, sendo 11 no Jardim Aeroporto e 05 no Arara Azul. Salienta-se que todos os moradores entrevistados concordaram com a entrevista, cujos objetivos foram previamente explicados. Além disso, o Termo de Consentimento Livre e esclarecido foi apresentado aos sujeitos da pesquisa.

Como critério, para abordagem das famílias, primeiramente pautava-se na presença de um adulto e a disponibilidade para responder a entrevista, na maioria das vezes, o entrevistado abordado estava sentado em frente a sua casa, desfrutando assim de seu momento de ócio, que é o ponto em destaque, onde buscou-se o levantamento das práticas desses moradores partindo da interação e convivência nesse espaço de moradia em seus momentos livres.

Procurou-se retratar ao máximo a realidade sem influenciar o entrevistado pela visão do pesquisador, permitindo assim que ao ser interrogado o entrevistado pudesse discorrer sobre a situação sob seu ponto de vista. De acordo Gil, (2008, p. 109) “a entrevista é, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.



As observações *in loco* são de extrema importância, pois há um contato direto com o objeto de estudo, o que revelou em algumas situações a necessidade de reformular questionamentos sobre atuações pontuais desenvolvidas por alguns moradores nos ajudando a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (Lakatos; Marconi, 1996, p. 79). Também foram feitas anotações e descrições da área estudada, bem como registros fotográficos.

## O RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA

O recorte espacial deu-se sobre as habitações de interesse social dos conjuntos habitacionais Arara Azul e Jardim Aeroporto, ambos implementados no bairro Exposição que tem sido adotado pelo poder público municipal, já há algumas gestões, como local privilegiado para a alocação desse segmento habitacional, contendo características espaciais que exprimem a lógica habitacional das moradias populares, como localização distante da área central, pouco investimento em infraestrutura urbana, entre outras.

Joia (2005) dividiu a expansão de Aquidauana em cinco fases, onde na quarta fase (década de 90) se estendeu chegando até o referido bairro e na quinta, ocorrida na década de 2000, relatou a disponibilidade de faixas de terras para serem ocupadas. Em 2001 foi criado o Jardim Exposição I por meio de ações de ocupação irregular, contendo 11 quadras totalizando 156 lotes, que foram desmembrados e doados em 2004 aos moradores. Há ainda no referido bairro três quadras que foram ocupadas por famílias, com a finalidade de estabelecer moradia por meio da autoconstrução, as quais estão aguardando regulamentação.

Em Aquidauana, muitos loteamentos estão isentos da carga tributária. O poder público não tem noção da quantidade de lotes indevidos. Alguns lotes, além de estarem irregulares do ponto de vista jurídico, estão em áreas de risco. Dentro do perímetro urbano existem problemas recentes de invasão de terra (Jardim São Francisco e Bairro da Exposição), com o intuito de forçar o poder público a parcelar a área tornando urbanizada (Joia; Silva, 2003, p. 33).

Em 2006, foram entregues as moradias do primeiro Conjunto habitacional do Bairro Exposição (uma das áreas de nossa análise), Arara Azul, pelo Programa Novo Habitar. Programa este que foi instituído pelo decreto nº 11.312 de 24 de julho de 2003 e traz em seu artigo 1º “objetivo de diminuir o déficit habitacional do Estado de Mato

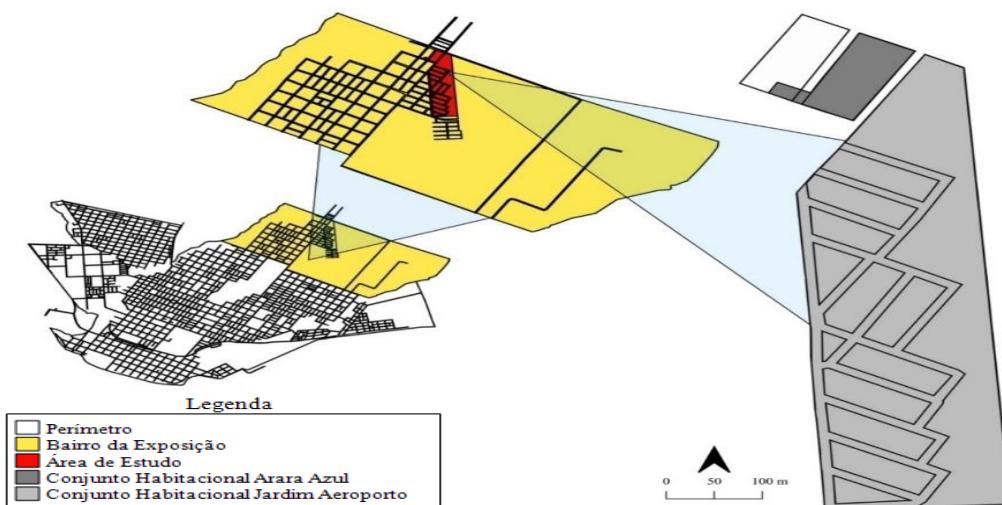


Grosso do Sul, atendendo preferencialmente à população com renda de até três salários mínimos". No conjunto foram construídas 25 unidades, contendo dois quartos, sala acoplada à cozinha e banheiro. Essas casas foram entregues sem piso, reboco somente por fora e cobrança de uma taxa de 10% do valor do salário mínimo. Como infraestrutura básica conta com rede de água e energia e iluminação pública, seguindo um padrão da maior parte da cidade, não possui rede coletora de esgoto e nem asfalto.

A outra área da pesquisa (Jardim Aeroporto) está espacialmente disposta ao lado do conjunto Arara Azul (Figura 1), sendo o último conjunto entregue até então, conta com 189 moradias do programa "PAC 2 – Minha Casa Minha Vida". Inicialmente o projeto tinha como estratégia a tentativa de retirar da área ribeirinha (Ilha do Pescador) os moradores que sofriam e sofrem com as constantes cheias do Rio Aquidauana. De acordo com a secretaria de habitação 22 famílias aceitaram se mudar sob acordo de entrega das antigas casas para demolição.

Esse conjunto foi o único a ser entregue com infraestrutura mais consolidada, possuindo centro comunitário com área de lazer, posto de saúde (que antes funcionava a creche), asfalto, moradia com aquecedor, piso, forrada e rebocada, mantendo a quantidade padrão de cômodos dos outros conjuntos. Além das vantagens estruturais não há pagamento pelo imóvel, segundo a secretaria municipal de habitação é devido ao projeto de financiamento Federal e o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

**Figura 1:** Localização do Bairro Exposição e área de estudo



**Elaboração:** Os Autores, 2022..

Com o levantamento em campo foi possível constatar o cumprimento do papel das habitações de interesse social que visa beneficiar as famílias baixa renda, as quais, estão todas, até hoje, dentro da faixa e se enquadram nessa classe que, segundo a secretaria de desenvolvimento social, são aquelas que possuem renda mensal de até meio salário por pessoa ou familiar total de até três salários mínimos (3.636,00 – segundo o valor vigente no ano de 2022).

A composição da renda se faz por meio de programas governamentais, aposentadoria, pensão, BPC-LOAS<sup>1</sup>, bolsa estudantil e remuneração em torno de salário mínimo, nem sempre regular, tendo em vista o predomínio da informalidade.

Vale aqui ressaltar as discrepâncias em relação à renda per capita, sendo que, mesmo em espaços ditos homogêneos e, neste caso, em relação à renda, alguns fatores, como por exemplo: composição familiar, número de pessoas inseridas no mercado de trabalho e tipo de vínculo empregatício contribuem para que as condições se difiram. É possível visualizar a necessidade do esforço coletivo com a junção de várias fontes para melhorar minimamente a renda familiar, bem como a importância dos programas sociais.

Quanto à escolaridade constatamos o abandono ainda nas séries iniciais por parte dos adultos, dos quais grande parte, entre entrevistados e componentes da família, sequer concluíram o ensino fundamental. Para além da educação básica, apenas um entrevistado relatou a conclusão do normal médio e outro que terminou o ensino superior, já entre crianças e adolescentes, 100% estão matriculados, cumprindo a lei que estabelece a obrigatoriedade dos quatro aos 17 anos, outro ponto que pode contribuir para essa abrangência é a exigência de assiduidade para participação de programas governamentais. Dos que não são obrigados a estudar, apenas duas pessoas estão cursando ensino superior, e duas, ambas com 18 anos, ainda na escola, uma cursando o 9º ano do ensino fundamental e outra o 1º ano do ensino médio, retratando, nesses e em outros casos, a distorção idade-série que é o atraso escolar de dois anos ou mais.

---

<sup>1</sup> O Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade (BRASIL, 2019). Acessado em 15 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>.

Esses moradores compartilham a mesma localização e vivenciam realidades semelhantes que denunciam as condições vivida por cidadãos que não conseguem participar do mercado imobiliário.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Procurando compreender as práticas do dia a dia nos limites dos conjuntos, onde “a relação casa/rua/bairro pode ser entendida como o primeiro quadro de articulação espacial no qual se apóia a vida cotidiana” (Carlos, 2007, p. 94). Essa investigação iniciou-se com o questionamento sobre o que os moradores entrevistados faziam em seus momentos livres, fora das obrigações domésticas ou de trabalho visando uma compreensão dos usos dos espaços habitacionais populares, tendo em vista o anseio dos moradores a partir da escolha em suas horas destinadas ao lazer, que nas palavras de Dumazedier (1973, p. 34), o conceitua como:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembarcar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

A maioria das entrevistas foram respondida por mulheres, cujos diálogos nos conduziram a monótonas rotinas, geralmente em suas casas, no seio familiar ou com vizinhos próximos, entre televisão, celular (jogos e redes sociais) e tereré<sup>2</sup>. Outra forma de ocupar o tempo livre é a procura por serviços domésticos. Iniciamos com a seguinte pergunta: Em seu momento livre o que costuma fazer? Onde?

*Nos meus momentos livre? Eu caço o que fazer. Mexo com coisas das crianças, vê se tá organizado pra organizar, essas coisas, aí quando não tem nada mesmo, não tem jeito e todo mundo briga pra mim sentar eu sento, assisto televisão, às vezes assisto uma série ou, senão, sento aqui na frente aqui, todo mundo sentado aqui, a gente toma um tereré, a gente fica aqui conversa um pouco, faz alguma coisa, a gente sempre faz alguma coisa, aqui a gente nunca fica... Que não paro o dia inteiro* (Moradora 11, 33 anos, babá – Jardim Aeroporto, grifo nosso).

Esse “não parar o dia inteiro” está intimamente ligado aos afazeres domésticos. Percebeu-se que essa rotina se estende a outros entrevistados, pois viu-se que

<sup>2</sup> Bebida muito consumida no Estado de Mato Grosso do Sul a base de erva mate e água, semelhante ao mate, mas servida gelada.

a moradora 05 além de ocupar o tempo livre procurando o que fazer dentro de casa, se queixa de não conseguir trabalhar fora pela falta de um meio de locomoção, colocando em evidência a distância da moradia em relação às ofertas de trabalho.

Ah, eu caço qualquer coisa pra mim fazer, qualquer coisa mesmo, que nem essa árvore, essa árvore eu quero cortar ela, mas to sem dinheiro, que tem que ficar varrendo, você vê de folha que cai. [E para o seu lazer?] Não faço nada fico aqui, dia inteiro aqui, **tem hora que quero trabalhar**, mas não tenho bicicleta também, **nem bicicleta eu tenho pra fazer diária, distrair por aí, trabalhando** (Moradora 05, 47 anos, do lar – Arara Azul, grifo nosso).

O não fazer nada, ócio, folga e descanso também são considerados formas de lazer, seria o bônus após realização das obrigações, mas estamos diante de sujeitos que associam o lazer e o aproveitamento de horas livres com trabalho doméstico, sendo assim, o preenchimento dessas horas vagas é realizado, muitas vezes, pelo fazer e refazer essas tarefas, somados a isso a falta de oferta de atividades e espaços apropriados, além da própria ideia que fazem sobre o que é o lazer contribuem para a manutenção da reprodução cotidiana.

A dona de casa tem um papel específico, pautado no cuidado com a casa e a família, caracterizando seus momentos de lazer.

[Em seu momento livre o que costuma fazer? E onde?] Risos... “Eu faço, várias coisas, né!? Cuido uma criança aqui, lavo uma louça, limpo uma casa. [Mas e o lazer?] De lazer? Ah! A gente vai no parquinho, tem um parquinho aqui perto, né!? levo as crianças no parque. [Quantas vezes a senhora costuma ir?] Aí depende, tem dia que demora, igual agora, faz dias que eu não vou, né!? Faz umas 4 ou 5 semanas que eu não vou. [E para a senhora?] Bom, aqui pra gente que é adulto não tem nada na verdade, igual eu falei pra você a gente tem carência de muita coisa, então não tem” (Moradora 08, 33 anos, autônoma – Jardim Aeroporto).

Seu esposo estava presente no momento da entrevista e igualmente narrou a situação, sendo assim, dividem o tempo entre televisão ou quando está muito calor sentam fora da casa (no quintal), conversam e tomam tereré. Diante das falas, foi questionado sobre a procura por espaços de lazer em outros locais e prontamente a questão financeira se fez obstáculo. “Falta isso aqui, né!? [sinalizou dinheiro] se a gente for, a gente tem que levar as crianças e tem que comer alguma coisa, gastar... aí a gente acaba ficando em casa, ou assistindo ou aqui fora, não tem como a gente sair” (Morador 08, 45 anos, Trabalhador da construção civil – Jardim Aeroporto). Impossibilitado de gastar, opta por ficar em casa e desfrutar daquilo que é possível.



Os espaços públicos, mesmo que reflitam a gratuidade das atividades, é um ponto de aglomeração e, nessa condição, um campo estratégico para instalação de comércios ou atuação de vendedores ambulantes que veem a oportunidade de garantir uma renda extra, impelindo, dessa forma, o consumo que é fortemente vinculado ao que se entende por lazer.

E, nessa sequência de atividades monótonas e limitadas, encontram-se outras famílias, onde o não ter o que fazer se faz presente.

*Aqui a gente (risos) tem que inventar porque aqui não tem nada, não tem uma praça pras crianças, não tem nada, tinha um projeto da AVIVAD e um outro projeto no centro comunitário que era do “Adote um atleta”, mas por causa da pandemia os dois projetos ficaram parados, então a gente quase não tem nada aqui pra fazer” (Moradora 01, 32 anos, estudante – Jardim Aeroporto).*

Os moradores que possuem veículos automotores conseguem expandir o seu espaço de convívio, podendo frequentar áreas de lazer em bairros mais distantes. A moradora 01, por exemplo, citou a Lagoa Comprida (Santa Terezinha), Praça dos Estudantes (Centro) e Avenida Pantaneta (Bairro Alto), o uso de moto viabiliza e facilita seu deslocamento, no entanto, a frequência também esbarra na questão financeira. “Umas 4 ou 5 vezes no mês, um pouco menos, depende muito do mês, da minha disposição tanto monetária, quanto física” (Moradora 01, 32 anos, estudante – Jardim Aeroporto).

O acesso a áreas de lazer viabilizadas pelo uso de veículo automotor também é evidenciado na fala de outra moradora entrevistada que tem o privilégio de poder escolher o local que melhor se adéque as suas preferências, mesmo que fique mais distante.

*Ah, tem a Lagoa [localizada no bairro Santa Terezinha], e vez em quando a gente vai lá, mas eu gosto mais lá do centro porque tem onde a gente sentar, né!? A da Lagoa fica meio longe, assim, ali, é o que falei pra ele sempre que a gente vai lá falta uns banco próximo ali do parque, né!? Que a gente que é pai quer ficar olhando eles brincando, né!? Tem que ficar de pé embaixo da sombra ali, porque não tem o próprio banco, tem, mas é lá perto da lagoa, onde as vezes a pessoa não tem nem onde... não necessita sentar, né!? Se eles colocassem... por isso que às vezes eu prefiro lá [referindo-se à praça Nossa Senhora Imaculada Conceição no centro] porque tem onde sentar e pode conversar e eles brincar (Moradora 03, 34 anos, do lar – Jardim Aeroporto).*

Porém, essa não é a realidade de tantas outras famílias. A moradora 01 (Arara Azul), por exemplo, gostaria de frequentar a Lagoa Comprida que é um parque natural

com segurança, infraestrutura e instrutor para a prática de atividade física, a qual participava por indicação médica, mas a distância e a falta de companhia comprometeram a continuidade, mesmo sendo um dos locais de lazer mais próximos do conjunto (aproximadamente três quilômetros) seu problema de saúde e a precariedade do meio de transporte dificultam o deslocamento, então, na maioria das vezes, fica e assume papel de expectadora dos jogos realizados no campo do bairro.

A falta de locais adequados para o lazer impulsiona a construção de áreas improvisadas, voltadas a um público específico, “*Aqui não tem nada, não tem nada pra fazer, menina. As crianças brincam aqui, a gente limpa aqui, a gente faz um golzinho aí pra eles brincarem, brinca ali, no golzinho, aí pessoal vem pra limpar aí, eles passam, derruba a gente arruma de novo.* (Moradora 11, 33 anos, babá – Jardim Aeroporto).

Os campos produzidos pelos moradores estão espalhados nos locais onde deveriam estar cristalizadas as atuações do Estado, uns ainda são tão rudimentares que galhos de árvores fincados no chão são usados como traves, outros, pouco mais característicos, servindo de base para treinamentos de crianças e adultos e realização e torneios (Figura 2), mas ainda assim mantém a precariedade, com banco feito de tronco de árvore.

**Figura 2:** Campo improvisado para treinos e torneios do Conjunto Jardim Aeroporto.



**Fonte:** Os autores, 2022. Na figura A – Área Institucional I presenciamos treino dos adultos. Figura B – banco improvisado de madeira e de tronco de árvore.



Nessas áreas improvisadas se fazem lazer ativo para alguns homens e crianças, mas não favorecem o público feminino e idoso. Fato este presente na fala de um morador entrevistado, afirmando que:

*O lazer mesmo, então é o que falei pra você, aqui dentro do bairro, por exemplo, é difícil, viu!? Eu fico imaginando assim, por exemplo, as crianças, aqui tem uma escolinha de futebol, ao lado de um campo que tem ali na outra esquina, então o pessoal vai pra lá, mas o bairro assim, as crianças no caso, né!? Participam, mas o adulto, pessoal da terceira idade não tem uma prática de lazer, assim, ou fica em casa ou vai caminhar, né!?* (Morador 10, 53 anos, servidor público, Jardim Aeroporto).

Entendendo que a prática do lazer não se faz de maneira igualitária a depender do poder econômico que, propicia aos mais abastados, um amplo acesso as mais variadas formas dentro e fora da cidade em que residem e, para a maioria, o que resta são as opções oferecidas de forma gratuita e acessível que, não raras vezes, são poucas e precárias. “O espaço público de lazer urbano, surge então, como a possibilidade material para a democratização das oportunidades de lazer nas cidades atuais” (Lima, 2006, p. 83), onde “os parques e espaços públicos são apropriados, mas não contemplam a maior parte da população dos centros urbanos, quanto aos clubes, representam apenas setores das classes médias, bem como as viagens turísticas” (Almeida; Gutierrez, 2011, p. 105).

Os espaços livres são essenciais dentro da área urbana, sendo caracterizado por benefícios ambientais, sociais e estéticos, qualificando não apenas o espaço que está inserido como também a vida que nele se reproduz.

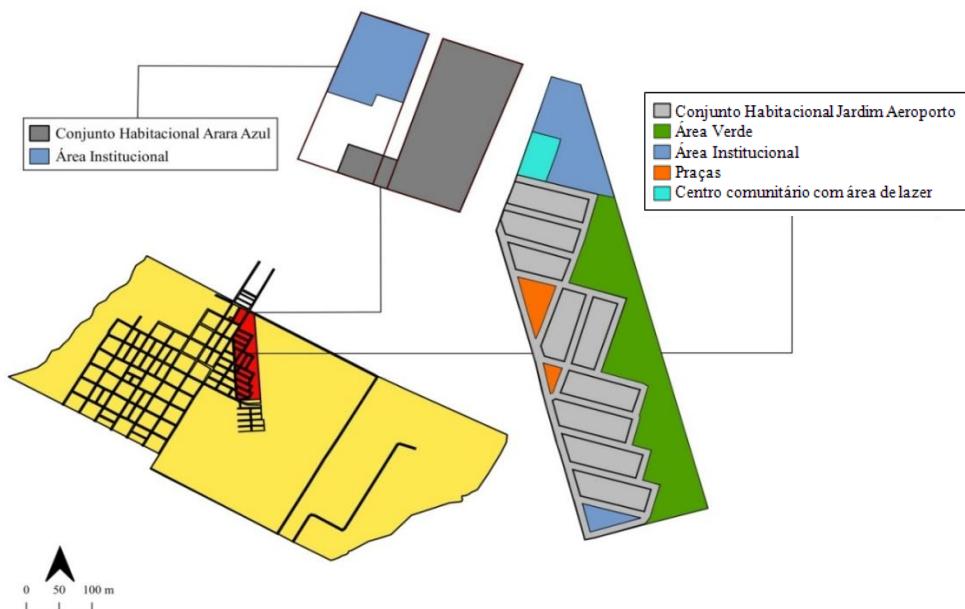
Os espaços livres, quando bem planejados e estruturados dentro de um sistema de elementos e funções que se associam, podem exercer diferentes efeitos bioclimáticos, ecológicos, estéticos, econômicos, funcionais, culturais, sociais, afetivos e simbólicos (Tardin, 2008, p. 56).

A Lei nº 6766/79, conhecida como lei de parcelamento de solo, impõe em seu art. 4º inciso I que “as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal” prevendo também em seu art. 22 que conste no registro de loteamento indicação de abertura de praças e áreas destinadas a espaços livres ou equipamentos urbanos, sendo que, desde a data do registro, essas áreas passam a integrar o domínio do município (Brasil, 1979).

A investigação realizada no âmbito desta pesquisa identificou no conjunto Arara Azul a destinação de uma área de domínio público e no Jardim Aeroporto a existência de três áreas de domínio público, duas destinadas a praças e uma extensa faixa destinada a área verde que margeia todo o conjunto (Figura 3), nenhuma até agora recebeu investimento.

**Figura 3 – Espacialização das áreas de domínio público, praças e área verde dos conjuntos Arara Azul e Jardim Aeroporto.**

ATA/2024



**Elaboração:** Os Autores, 2022.

A única praça produzida pelo poder público não é utilizada pela maioria dos entrevistados, alguns sequer lembraram-se de sua existência e pelos relatos o não uso está relacionado a má conservação dos equipamentos, a presença de adolescentes que fazem uso corriqueiro de linguagem imprópria (palavrões) e a falta de um preparador físico para instruir nas atividades.

A fala de uma moradora retrata o cuidado ao permitir que apenas um de seus filhos faça uso do referido espaço

[E seus filhos utilizam ou utilizavam a área de lazer?] *Vai agora na quadra. Agora que eu deixo ele sair porque já tem idade, né!?* porque não deixava sair antes sozinho. Só o meu guri. [E as meninas o que costumam fazer?] *A diversão delas é o celular, ficam assistindo. Elas ficam pra cá, vai lá, sentam ali. É só aqui dentro de casa* (Moradora 07, 39 anos, diarista – Jardim Aeroporto).

Na etapa de observação da pesquisa, foi possível presenciar que crianças de idades distintas fazem uso desse espaço (predomínio de crianças do sexo masculino). Mas ficou evidenciado que, independente das percepções quanto a qualidade e conveniência, o fato é que por ser uma área pequena com poucas atividades disponíveis (Figura 4), não comporta quantitativamente e nem favorece a recreação em família, sendo observada a ausência dessas.

**Figura 4–** Áreas de lazer do Conjunto Habitacional Jardim Aeroporto.



**Fonte:** Os autores, 2022. Figura A – vê-se uso da quadra para treinamento de crianças do projeto ADITA. Figura B – uso dos brinquedos por algumas crianças, podemos observar inclusive o uso indevido do balanço. Figura C – Destrução de parte dos brinquedos. Figura D – Academia ao ar livre, de uso prioritário dos idosos sendo utilizada por crianças e adolescentes.

Cabe aqui ressaltar a ineficiência do poder público no trato de espaços de lazer, seja ao reservar áreas para tal fim, sem uso específico, seja quando implementam equipamentos, porém, sem contemplar todos os perfis (mulheres, idosos, pessoas com deficiência, etc.). A este respeito Barbosa, Liechty e Pedercini (2013, p. 16) afirmam que:

Lazer é um tema muito amplo que é influenciado por variados fatores como sexo, gênero, sexualidade, raça, etnia, cultura, localização geográfica, status social, habilidades físicas, entre muitos outros aspectos e circunstâncias que definem e determinam a realidade de cada um de nós. Não é possível tentar definir lazer sem considerar ‘lazer para quem’.



Nota-se o cumprimento da lei ao reservar tais áreas, porém, há uma tendência ao tardio desenvolvimento dessas, isso provavelmente ocorre pela não determinação de um prazo para que as autoridades competentes efetivamente as produzam. Segundo relatos dos moradores, as praças são usadas como propostas nas campanhas políticas, e que não passaram de promessas. Na pesquisa, identificou-se ainda em 2022, ano político, uma faixa (figura 5) propagandeando a instalação de uma praça, bem próxima aos conjuntos habitacionais estudados, trazendo inclusive, o nome do deputado federal envolvido, mas ao que tudo indica, foi apenas mais uma promessa<sup>3</sup>.

**Figura 5:** Futura instalação de praça de lazer e esporte do bairro Exposição.



**Fonte:** Os autores, 2022.

Pode-se constatar, por meio da pesquisa, que o lazer é um dos direitos severamente precarizado, contribuindo para que se produza uma das maiores transformações nesses espaços, refletindo a insuficiente atuação do poder público e as estratégias dos moradores locais.

---

<sup>3</sup>Em contato com a secretaria de planejamento, foi informado que houve um pedido, mas não existe projeto e tampouco manifestação da prefeitura para essa área, somente para uma praça no Jardim Aeroporto, no entanto, não há previsão de início da obra, pois dependem de recursos orçamentários.



As entrevistas demonstraram que os moradores passam grande parte do seu tempo livre no próprio conjunto habitacional, de modo que o lazer passa a confundir com a arrumação da casa ou sentar-se na calçada para tomar um tereré, isso apontou uma significativa contradição a medida em que o tempo ocioso dos moradores é pouco aproveitado com atividades de lazer voltados a esse segmento social. Se, por um lado, remanesce tempo para uma população basicamente sem trabalho, por outro, falta estrutura, isso porque áreas de habitação de interesse social é pouco priorizada pelas administrações municipais.

[...] Os reclamos de ordem social são atendidos com o que sobra de outras prioridades, consideradas mais prioritárias e que, de maneira geral, se incluem na órbita do econômico, do político, do militar e do estratégico. Por isso, as somas devotadas à educação, à saúde, à cultura, ao lazer estão sempre se reduzindo, enquanto aumentam as necessidades reais criadas pela modernidade. O resultado são os déficits permanentes e crescentes nessas áreas (Santos, 2007, p. 158).

Desde 2016 está aprovada a Lei Ordinária nº 2.483/2016 que “Institui o programa de adoção de praça pública e de esportes e áreas verdes no município de Aquidauana”, objetivando uma participação conjunta entre poder público e sociedade civil organizada, prevista no § 1º do art. 1º, onde “A praça poderá ser adotada por empresas privadas, instituições ou entidades não governamentais, pessoas físicas ou jurídicas, que cuidarão de sua manutenção, podendo proceder a reformas e melhorias para melhor uso de seus frequentadores” (Aquidauana, 2016), devendo também promover elaboração e execução de arborização.

De um lado existe um dispositivo legal e do outro a necessidade, vontade e atuação dos residentes locais, descrita minuciosamente por um morador entrevistado.

*Sabe o que eu queria? Se alguém da prefeitura, do Estado viesse e falasse assim, o senhor tá plantando aí, você tem interesse? eu assinaria qualquer documento, eu não quero nada, mas se eles chegassem e falassem assim, você pode plantar aí, ia procurar um senhor lá no Nova Aquidauana por nome de Cido Barbudo, ele tem um trator que ele tem um negócio que faz buraco, ia fazer uma plantação, eu penso assim em colocar árvores frutíferas, mas pra lá assim ia colocar mais uns pé de manga, abacate, pé de jaca, pé de laranja, mas... você já foi lá no São Julião em Campo Grande? Lá tem uns pinheiros daqueles pinheiros que perece de filme do Canadá, aqueles pinheiros coisa mais linda, quando você entra lá no São Julião parece que você está em outro lugar, é uma fazenda lá que fizeram o hospital, ia colocar uns pé de pinheiro, eucalipto não, pinheiro aqui, colocar tudinho assim, medir certinho assim colocar uma distância do outro e aí ir até lá, só que aí eu precisaria de ajuda do pessoal da vila porque*

*vai ter que molhar, plantar até lá, pegar muda de sucupira, de Favero, de cedro, de loro, de aroeira, de jatobá, de cambaru, sete tipo de árvores falei aqui pra você, ypê e colocar tudo aqui, ia ficar a coisa mais linda, só que... (Morador 05, 49 anos – Jardim Aeroporto).*

Outros também iniciaram o plantio e o cuidado, fizeram de forma autônoma, sem nenhum planejamento e nem anuência do poder público. Um fato curioso ocorreu no momento em que os funcionários da prefeitura municipal realizaram a limpeza do terreno público e por descuido, arrancaram as mudas plantadas pelos moradores que, como estratégia, cercaram com pneus a área de plantio e se responsabilizaram pelo cuidado próximo às árvores.

Devido a essas atuações, questionamentos adicionais sobre a criação e manutenção se fizeram pertinentes, pois é embutido todo trabalho e zelo, essas adaptações materializadas pelos moradores tem um porquê. “Ao longo do tempo, ao produzir e reproduzir espaços, o homem cria condições a sua própria existência, pois, o espaço de vida e de trabalho vai adquirindo formas dotadas de conteúdo que, somados, condicionam as práticas sociais [...]” (Araújo, 2007, s/p).

O que te motivou a fazer isso? A pergunta feita ao senhor que limpa, planta e molha as árvores em tempo de seca, acarretando em aumento no valor da sua conta de água.

*Qualidade de vida, hein! Não é não? Qualidade de vida porque a vegetação fica fresquinho dá pra sentar lá de baixo, tomar um tereré, armar uma rede, né!? Ajuda nós muito, né!? Porque ela faz o processo da, como fala da carbonização, ela pega o carbono e solta oxigênio pra nós e os animais que iam vim pra cá” (Morador 05, 49 anos, aposentado – Jardim Aeroporto).*

De acordo com o morador, a referida área já é utilizada por algumas crianças que brincam embaixo da sombra e também, por sua vizinha que colocou “tocos de árvores”, fazendo uso ao entardecer.

Também foi possível constatar uma aproximação pautada na memória afetiva das condições da moradia anterior, de acordo com Tuan (1980, p. 114) “A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar”. Observando o plantio e o cuidado, foi perguntado à moradora que relatou que seu avô foi quem plantou as árvores. O que o motivou? Obteve-se a seguinte resposta:

*Porque nós estávamos acostumados lá no Guanandi [bairro de Aquidauana], né!? Lá perto do rio, e lá sempre foi bem cheio de árvore nosso quintal, então ele sentava em uma cadeira de balanço, armava*



*uma rede, entendeu? Era fresquinho por conta disso, aí quando nós mudamos pra cá, naturalmente já estranhamos, né!? Porque era mais calor e a gente demorou um pouco pra fazer essa varanda e a casa pequena, né!? E precisava de um ar de um fôlego de um negócio fresco, quando a gente ficou sabendo que a gente já tinha sido contemplado nessa casa, ele já foi fazendo muda, ele fez muda a gente ganhou* (Moradora 01, 32 anos, estudante – Jardim Aeroporto).

Outra área que recebeu atenção foi a destinada ao domínio público, do Conjunto “Jardim Aeroporto”, os moradores que residem em seu entorno plantaram algumas árvores e quando está muito calor serve de refúgio e local para as crianças brincarem. [Porque vocês plantaram árvores nesta área?]

*Ah, pra dar uma sombra, ne!? Um lazer mais pras crianças brincarem também. Sofremos muito porque não tinha sombra, não tinha nada, era só a casa mesmo, era aquele sol de rachar, lavava roupa naquele, sabe... não tinha sombra nenhuma, aí resolvemos ir plantando, meu marido plantou essas “arvinhos” aí, aí logo entrei no Paulista [Loja de material de construção] daí mandei fazer a varanda foi o que nos salvou, porque as árvores ainda estavam pequenas [localizadas na área interna do terreno] não davam sombra, faz falta uma árvore* (Moradora 04, 40 anos, serviços gerais – Jardim Aeroporto).

Levando-se em consideração a pouca metragem das residências, que na maioria das vezes são habitadas por um grande número de moradores, as ondas de calor que são corriqueiras em Aquidauana, o vigor das crianças e a dificuldade orçamentária das famílias em arcar com o custo da climatização de seus imóveis, fica muito aparente a centralidade que as áreas verdes assumem no cotidiano destas famílias.

Não obstante, as ações envolvendo o plantio de árvores no conjunto habitacional “Jardim Aeroporto” foram comentadas com bastante frequência e até com certo orgulho de produzirem um local para a socialização.

*Aqui foi minha vizinha... aqui foi nós [apontando para as mudas de árvores], logo que nós mudamos pra cá meu filho plantou, aí eu plantei essa daqui, porque aqui não tinha sombra nenhuma, nós sofremos muito quando nós entramos aqui, hein! Não tinha sombra, aí melhorou, tem essa baita sombrona aqui, né!? O pessoal vem pra cá, nós senta aqui. Tomando tereré, tomardo gelada* (Moradora 02, 48 anos, faxineira – Jardim Aeroporto).

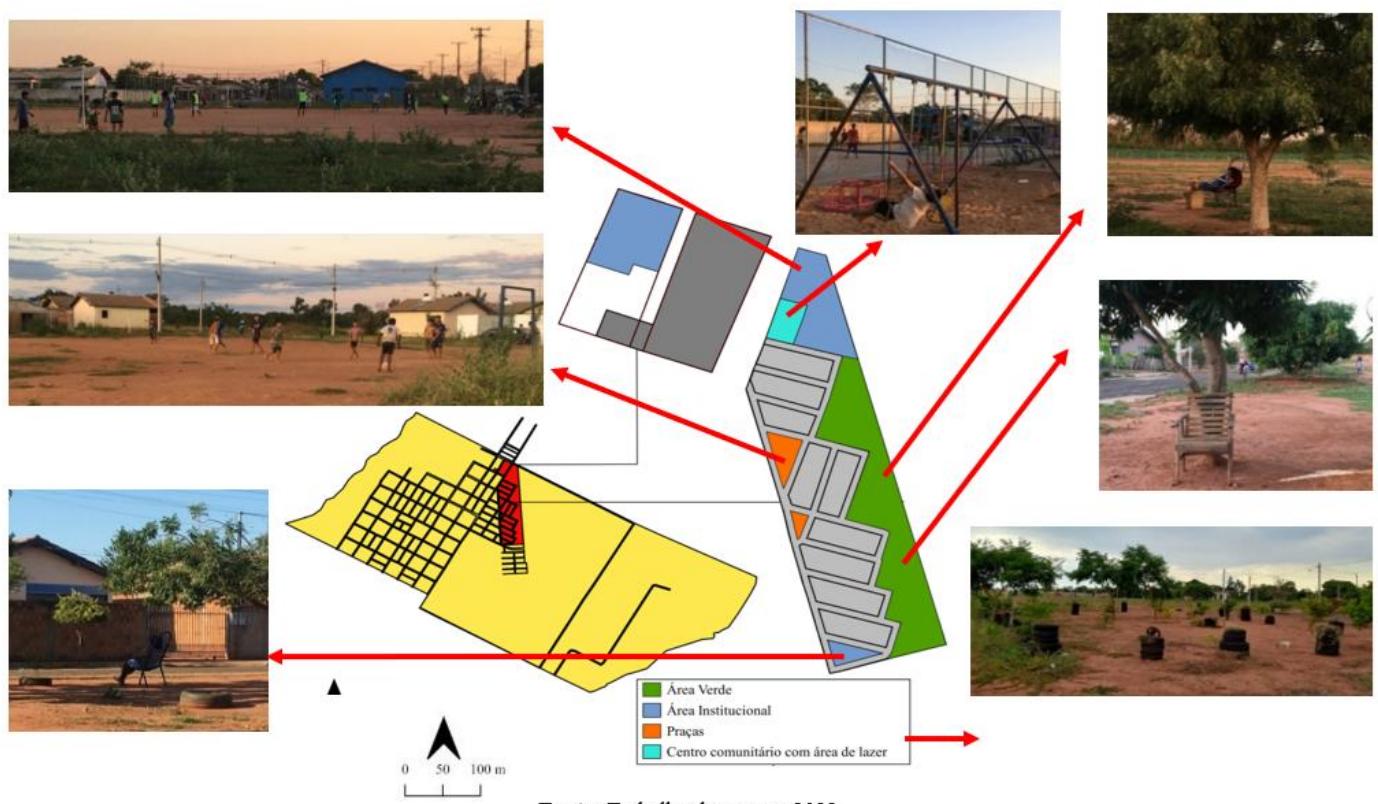
A questão da arborização justifica-se pelas características locais, tanto pelas altas temperaturas, quanto pela cultura do tereré, fatores que contribuem para a interação e também a utilização de áreas que proporcionem maior conforto térmico, sendo assim, além de ser importantíssima em termos estéticos e ambientais, também desempenha o

importante papel de promover a socialização ou ainda, qualificar o dia a dia desses moradores.

A sociedade produz seu próprio mundo de relações a partir de uma base material, um modo que se vai desenvolvendo e criando à medida que se aprofundam as relações da sociedade com a natureza. Esta, aos poucos, deixa de ser natural, primitiva e desconhecida para se transformar em algo humano. A paisagem ganha novas cores e matizes, novos elementos e é reproduzida de acordo com as necessidades humanas (Carlos, 1994, p. 38-39).

Como forma de ilustrar as ações descritas neste artigo sobre as intervenções nas áreas públicas realizadas pelos moradores dos conjuntos habitacionais estudados, apresenta-se a Figura 6.

**Figura 06:** Transformações e usos das áreas destinadas a praça, domínio público e área verde do conjunto habitacional Jardim Aeroporto.



**Fonte:** Trabalho de campo, 2022.

Percebe-se que a forma como se apresentam os espaços de lazer nos conjuntos habitacionais estudados reflete as limitações da ação desses moradores, além de não oferecerem atividades que vão além do campo de futebol e espaços arborizados. Os desejos dos cidadãos entrevistados sinalizaram para a instalação de playground, de

bancos, de quadra de areia para jogo de vôlei, área para caminhada e prática de atividade física, de preferência com acompanhamento de um profissional que direcione os idosos e pessoas com problemas de saúde, sendo observada a estrutura do Parque Municipal da Lagoa Comprida como modelo ideal a ser implantado e isso, claramente, vai além das condições de atuação desses moradores, exigindo a intervenção do poder público para esse incremento e assim, maior atração dos usuários/moradores.

Em termos gerais, a procura por lazer fora do bairro é ínfima e esporádica, alegações como distância, dificuldade de locomoção e falta de dinheiro justificam seu descarte. Muitas pessoas acabam por ficar “presas” ao local de moradia tendo que usufruir apenas do que lhe é oferecido localmente convivendo com as deficiências e precariedades “Como certas áreas não dispõem de certos bens e serviços, somente aqueles que podem se deslocar até os lugares onde tais bens e serviços se encontram tem condições de consumi-los [...]” (Santos, 2007, p. 116).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Exposição é um bairro carente de vários serviços e infraestrutura, com um forte apelo quanto à importância das áreas de lazer que, como supracitado, promove ação que transforma esse espaço de moradia, isso claramente não é por ser o único desejo e necessidade, mas é o que informalmente conseguem implantar.

Promovem, por vezes, ação coletiva, resultando na criação de improvisadas e precárias áreas de lazer e socialização que revelam quais são as atividades possíveis e para quem. O Estado descumpre o mandamento constitucional que prevê o incentivo ao lazer com fomento de práticas desportivas formais e não-formais quando limita esse direito ao que o cidadão consegue desfrutar. É necessária a atuação do poder público para que proporcione condições de acesso e escolha, oferecendo tanto áreas adequadas, quanto atividades múltiplas que contemplam todos os segmentos, sendo indispensável ação mediante consulta popular para que direcione ao que melhor se adéque as preferências e necessidades locais, promovendo uma maior interação dos moradores com os espaços de lazer.

No entanto, o que se encontra é o cumprimento legal de reserva de áreas para projetos públicos sem uso adequado, se por um lado sua presença alimenta uma



expectativa de melhorias futuras (sem data definida), no presente trazem inconvenientes da sua subutilização.

Os esforços para promoverem adequação aos desejos e necessidades partindo da força produtiva dos próprios moradores resultam em morosas e precárias evoluções estruturais dos espaços comuns que é reflexo da limitação do poder econômico desses. As áreas de lazer criadas informalmente pela população face à inércia governamental corroboram para a comprovação da importância de tais áreas, evidenciando que há outras necessidades, não se limitando apenas à moradia.

Foi possível constatar que os desafios impostos a articulação além bairro, quando geram gastos ou então esforços aos moradores, os quais nem sempre estão dispostos ou mesmo não dispõem de condições financeiras, promovem uma seleção de suas necessidades e, aquilo que não é entendido como obrigatório, acaba por ser descartado, não deixando de trazer consequências, por exemplo, quando resulta na redução, ou até, na exclusão das atividades de lazer que são oferecidas em outras localidades, diminuindo assim sua qualidade enquanto cidadão pelo alijamento das interações que as cidades podem oferecer.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L. **O lazer no Brasil:** De Getúlio Vargas à globalização. São Paulo: Phorte, 2011.
- AQUIDAUANA. Prefeitura Municipal de Aquidauana. Lei ordinária nº 2.483/2016. Institui o Programa de adoção de praças públicas e de esportes e áreas verdes no município de Aquidauana. **Diário Oficial Ano III, Edição Nº 570**, Segunda-Feira, 22 de Ago de 2016.
- ARAUJO, Ana P. Correia De. **Raízes Geográficas.** Campo Grande: UCDB, 2007. (Original Datilografado).
- BARBOSA, Carla; LIECHTY, Toni, PEDERCINI, Raquel. Restrições ao lazer feminino: particularidades das experiências de lazer de mulheres homossexuais. *Licere*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, junho 2013.
- BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. **Diário Oficial da União – Seção 1 – 20/12/1979**, página 19457 (Publicação Original)
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano:** Novos escritos sobre a cidade. 1º ed. Edição eletrônica. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123 p.



COLOGNESE, Silvio Antônio e MÉLO José Luiz Bica de. A técnica de entrevista na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Geografia: conceitos e temas**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15 – 47.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2004.

DUMAZEDIER, Jofre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FREITAS, Eleusina Lavôr Holanda de. **Como qualificar conjuntos habitacionais populares**. 2002. 181p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6º ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

JOIA, Paulo Roberto; SILVA, R. L. O. Ocupação do solo e meio ambiente na cidade de Aquidauana. **Revista Pantaneira**, Aquidauana-MS, v. 5., p. 25 - 43, 2003.

JOIA, Paulo Roberto. Origem e evolução da cidade de Aquidauana – MS. **Revista Pantaneira**, Aquidauana, MS. V. 7, p. 34 – 49, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5º Ed. São Paulo: Atlas S.A. 2003.

LIMA, D. M. **O espaço de todos, cada um no seu lugar:** o uso dos espaços públicos destinados ao lazer em Natal, 2006. 250p. Tese (Doutorado em ciências sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

MILANI, Patrícia Helena. **A produção da diferenciação socioespacial em Catanduva e São José do Rio Preto – SP:** Uma análise a partir do cotidiano de moradores de espaços residenciais fechados. 2016. 252 fls. Tese (Programa de Pós Graduação em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência Técnica e Arte: O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 21º ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 9 - 29.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; RAMIRES, Júlio César de Lima: Amostragem em pesquisa qualitativa: subsídios para a pesquisa geográfica. In: MARAFON, Glauco José; RAMIRES, Júlio César de Lima; RIBEIRO, Miguel Ângelo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Pesquisa qualitativa em geografia:** reflexões teórico conceituais e aplicadas. – Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, p. 117-134. Acesso em 08 de set 2023. Disponível em: <http://eduerj.com/?product=pesquisa-qualitativa-em-geografia-reflexoes-teorico-conceituais-e-aplicadas-ebook>.

RELPH, Edward C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, 4 (7): 1-25, abril 1979.



RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras.** 10<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contexto, 2014. – (Repensando a Geografia)

SANTOS, Milton. **Espaço do cidadão.** 7<sup>o</sup> ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SCHWARTZ, Gisele Maria. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier. Licere, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 23-31, 2003.

SILVA, Jovânia Marques de Oliveira e; LOPES Regina Lúcia Mendonça, DINIZ, Normélia Maria Freire. Fenomenologia. Revista Brasileira de Enfermagem REBEn. Brasília, p. 254-257, 2008.

SILVA, Garzielle Roberta Freitas; MACÊDO, Kátia Nêyla de Freitas; REBOUÇAS, Cristiana Brasil de Almeida; SOUZA, Ângela Maria Alves. Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. **Online Brazilian Journal of Nursing**, vol. 5, num. 2, 2006, pp. 246 – 257. Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro, Brasil.

SPINK, Mary Jane P. Pesquisando no cotidiano: Recuperando memórias de pesquisa em psicologia social. Psicologia e Sociedade, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 7 – 14, jan/abr. 2007.

STRUCHINER, Cinthia Dutra. Fenomenologia: de volta ao mundo-da-vida. Rev. **abordagem gestalt. [online]**. 2007, vol.13, n.2, pp. 241-246. Acesso em: 14/12/2022. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672007000200009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672007000200009&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1809-6867.

TARDIN, Raquel. **Espaços livres:** sistema e projeto territorial. Rio de Janeiro: Editora 7 letras, 2008.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980. 288 p.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul UFMS/MEC – Brasil.

Recebido em março de 2024.

Revisão realizada em janeiro de 2025.

Aceito para publicação em novembro de 2025.

